



A arquitetura moderna produzida a partir do plano de ação do governo Carvalho Pinto-Page - (1959/1963)¹

Modern architecture produced from Pinto-Page government action plan - (1959/1963)

Miguel Antonio Buzzar*, Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido** e Lucia Noemia Simoni***

*Graduado em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP (1980), mestrado (1996) e doutorado (2002) em estruturas ambientais urbanas FAUUSP. Professor associado do IAUUSP. Atua nos seguintes temas: arquitetura moderna e contemporânea, programas públicos, avaliação de HIS. Bolsista produtividade do CNPq 2.

**DOUTORA em Teoria e História da Arquitetura, IAUUSP, 2012; MESTRE em Teoria e História da Arquitetura, EES-CUSP, 2007; GRADUADA em Arquitetura e Urbanis-

mo, FAU Santos. Atua nos seguintes temas: Arquitetura (FORENSE/JUDICIÁRIA), Edifícios Públicos, ARQUITETURA MODERNA, (Plano de Ação -PAGE); HIS.

***Graduada em arquitetura e urbanismo pela FAU "BRAZ CUBAS" (1980) doutorado (2003) em estruturas ambientais urbanas FAUUSP. Docente FAAP (1996-2006). Funcionária efetiva Secretaria do Verde e Meio Ambiente/SP. Atua nos seguintes temas: morfologia urbana; adensamento construtivo e ilhas de calor.

Resumo

A pesquisa em arquitetura e urbanismo, através da leitura dos edifícios, dos levantamentos iconográficos e documentos, possui grande importância. A pesquisa sobre a arquitetura moderna produzida pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto - PAGE- (1959/1963), cujas fontes documentais são verificadas nos processos administrativos da autarquia IPESP/SPPREV, nos arquivos da CPOS, da FDE e da Secretaria de Agricultura revelou uma rica e variada produção arquitetônica. O PAGE foi uma experiência de Planejamento de políticas públicas baseada no conceito de planejamento-orçamento. Através dele, teve início a produção de equipamentos públicos com linguagem moderna no estado de São Paulo.

Palavras-chave: Arquitetura moderna; Plano de Ação Carvalho Pinto - PAGE; planejamento-orçamento; função social da arquitetura.

Abstract

The Research in architecture and urbanism, by reading the buildings, iconographic surveys and the documents, has great importance. Research on modern architecture produced by the Action Plan of the Government of Carvalho Pinto - PAGE- (1959/1963), whose documentary sources are checked in the administrative processes of authorities Ipesp / SPPREV , in the archives of DMFS, the FDE and Agriculture Department. It revealed a rich and varied architectural production. The PAGE was a Planning experience of public policies based on the concept of planning-budget. Through it began the production of public facilities with modern language in the state of São Paulo.

Keywords: Modern architecture; Action plan Carvalho Pinto - PAGE; planning-budget; social function of architecture.

Apresentação

O presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulado: DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL – O Patrimônio Arquitetônico Criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). Pouco conhecido, a pesquisa revela o fato da produção arquitetônica por parte do Estado ser marcada por uma linguagem eclética até 1959, o que por si só já é algo de grande interesse, que se amplia com a ruptura arquitetônica promovida pelo PAGE, que se valeu da contratação de arquitetos - profissionais liberais, ou de pequenos escritórios - com o intuito de construir obras modernas. A pesquisa tinha como Objetivo Geral efetuar o inventário da produção arquitetônica moderna promovida pelo Plano de Ação (PAGE) do Governo Carvalho Pinto de 1959 a 1963, investigando, levantando, registrando e analisando até o limite de 100 (cem) obras, ou seja, uma fração da produção. Entretanto, a pes-

quisa caminhou no sentido de analisar um número muito maior de obras, o que findou por totalizar 602 projetos e obras levantadas e 511 obras inventariadas com maior precisão.

1. Introdução

A pesquisa em arquitetura e urbanismo, através da leitura dos edifícios construídos, do levantamento dos documentos iconográficos das edificações, bem como de documentos que explicitam as condições de produção das mesmas edificações, possui grande importância. Isto, não apenas em função do reconhecimento de uma determinada produção, mas, sobretudo porque a historiografia da arquitetura, e em particular, da arquitetura moderna brasileira foi em grande parte elaborada pelos próprios arquitetos, no calor da consolidação e difusão da mesma arquitetura moderna. Sem imaginar a possibilidade de elaboração de uma análise isenta, esta historiogra-

1. Uma versão inicial desse trabalho foi apresentada no 3º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Realizado em Belo Horizonte, UFNG, entre 12 e 14 de novembro de 2013.

2. A definição a respeito do número preciso de obras efetuadas pelo PAGE, não foi possível definir em função de inúmeras dificuldades por parte da pesquisa, todas derivadas das condições de armazenamento dos processos, ou das peças gráficas. Por exemplo, parte do arquivo do IPESP ainda é ativo e isto significa que o órgão retira do acervo os processos para consulta e para levantamentos vários, o que tem dificultado muito a obtenção de processos. Por outro lado, durante o projeto, parte dos equipamentos escolares foram repassados às Secretarias fins; o arquivo da CPOS, que herdou o arquivo da DOP, pois é sua sucedânea, também ativo, durante boa parte da pesquisa

encontrava-se terceirizado (localizado na cidade de Cotia) e o acesso as plantas era muito problemático, pois as solicitações junto a empresa terceirizada demoravam a ser atendidas e pior, quando as plantas eram apresentadas, na maioria das vezes não conferiam com o pedido feito. No início de 2015, o acervo retornou à sede da CPOS, mas encontra-se totalmente desorganizado; na Secretaria da Agricultura não há um arquivo formal, sendo que as peças gráficas encontram-se em mapotecas, parcialmente organizadas. Situações como estas, somadas a outras dificuldades, levou a pesquisa a concluir por uma ordem de grandeza, mas não um número preciso de obras executadas.

fia que tem sua principal matriz nas formulações de Lúcio Costa presente em textos como “Razões da Nova Arquitetura” (1930) e “Documentação necessária” (1936), em parte pode ser vista como manifesto em prol do próprio modernismo e em parte como depoimento, ou como a versão dos fatos elaborada pelos protagonistas de um segmento do modernismo local que se tornou hegemônico, segundo uma narrativa interessada e comprometida com a consolidação da própria historiografia por eles formulada.

Nesta toada, como já foi observado em vários momentos, a produção arquitetônica moderna (re)conhecida, que concentra e difunde os valores da historiografia, acaba por ficar restrita a um círculo pequeno de arquitetos, sendo que uma imensa gama de arquitetura produzida permanece esquecida, secundarizada e esmaecida. Dela pouco se sabe, pouco se discute, pouco se dimensiona sua importância e significado, mesmo que estabeleça relações claras com a própria arquitetura valorizada pela historiografia. Simplesmente, não compõe o núcleo historiográfico da arquitetura moderna brasileira.

A pesquisa sobre a arquitetura moderna produzida a partir do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto- PAGE- (1959/1963), cujas fontes documentais iconográficas e de textos, são verificadas nos processos administrativos da autarquia Instituto de Previdência do Estado de São Paulo/ São Paulo Previdência (IPESP/SPPREV),

nos arquivos da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS, herdeira do antigo Departamento de Obras Públicas - DOP), da Fundação para o Desenvolvimento Escolar (FDE), das Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento, da Justiça e Defesa da Cidadania, e da Saúde e na Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF) tem revelado uma rica e variada produção arquitetônica. Parte dela absolutamente desconhecida, parte reconhecida apenas quando vinculada à produção de algum arquiteto presente na historiografia.

O PAGE foi uma das primeiras experiências de planejamento de políticas públicas baseado no conceito de planejamento-orçamento. Atualmente, isso pode parecer lugar comum, mas 60 anos atrás planejar a partir de metas e previsões orçamentárias, permitiu que um Plano de governo, pudesse construir, ampliar e reformar mais de mil equipamentos públicos por todo Estado de São Paulo. A pesquisa dessa produção - o seu registro nos processos e arquivos iconográficos -, associada a entrevistas com personagens que participaram do Governo Carvalho Pinto e a visitas às obras permitiu verificar sua importância.²

Particularmente, há duas questões importantes e muito significativas. A primeira diz respeito a ruptura representada pela arquitetura do PAGE em relação a anterior produzida pelo Estado. Por mais estranho que possa parecer, até 1958, o

DOP praticava uma arquitetura quase que exclusivamente eclética, isto em um momento no qual a arquitetura moderna já era amplamente hegemônica entre os arquitetos e consolidada frente ao público em geral. A segunda diz respeito a relação entre as obras produzidas pelo PAGE e a formação de uma corrente da arquitetura moderna produzida em São Paulo - a chamada Escola Paulista, ou Brutalismo Paulista -, que se tornaria amplamente reconhecida, da qual Vilanova Artigas foi seu maior formulador, e que colocou no primeiro plano a discussão da função social que a arquitetura deveria cumprir no processo de desenvolvimento brasileiro.

2. Arquitetura Moderna versus Arquitetura Eclética

Durante os anos 1950 em São Paulo ocorreu uma discussão acalorada no campo das artes plásticas que opôs de um lado figurativistas (realistas) e de outros abstracionistas. Apesar do campo realista integrar vários arquitetos modernos, principalmente, aqueles vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), nunca se efetivou uma arquitetura realista no Brasil. No IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado na cidade em 1954, os arquitetos Demétrio Ribeiro, Enilda Ribeiro e Nelson de Souza, atuantes no Rio Grande do Sul, postularam uma arquitetura mais próxima do povo, com uma linguagem mais acessível, indicando uma arquitetura próxima àquela praticada sob o signo

do neorrealismo italiano (Anais IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1954, 185-7). Entretanto, em que pese os termos da colocação, como dito, “uma tal arquitetura” não se realizou. Artigas, crítico do modernismo no início dos anos 1950, como atestam os seus textos “Le Corbusier e o Imperialismo” e “Caminhos da Arquitetura”, não aderiu à fala de Demétrio Ribeiro e companheiros, nem tampouco à da direção do PCB que postulava o neocolonial como a arquitetura realista que os arquitetos militantes do partido devessem praticar e buscou uma via própria para desenvolver sua arquitetura (que será vista adiante).

Poucos registros há na historiografia sobre os projetos e obras executados pelo estado, portanto, a natureza deles é pouco conhecida. Interessante notar, mesmo que não haja necessariamente vínculos com as propostas realistas do PCB, o fato da Secretaria de Agricultura, através da sua Divisão de Engenharia Rural-DEMA, Seção de Projetos, projetar e executar inúmeros equipamentos públicos com extração neocolonial, uma das linguagens arquitetônicas mais recorrentes dentre as possibilidades do ecletismo vigente no interior do estado (Figura 1).

A Secretaria de Agricultura, pelo que pode ser apurado pela pesquisa, tinha no DEMA seu próprio setor de projeto que trabalhava em conjunto com o DOP. Ambos praticaram uma linguagem

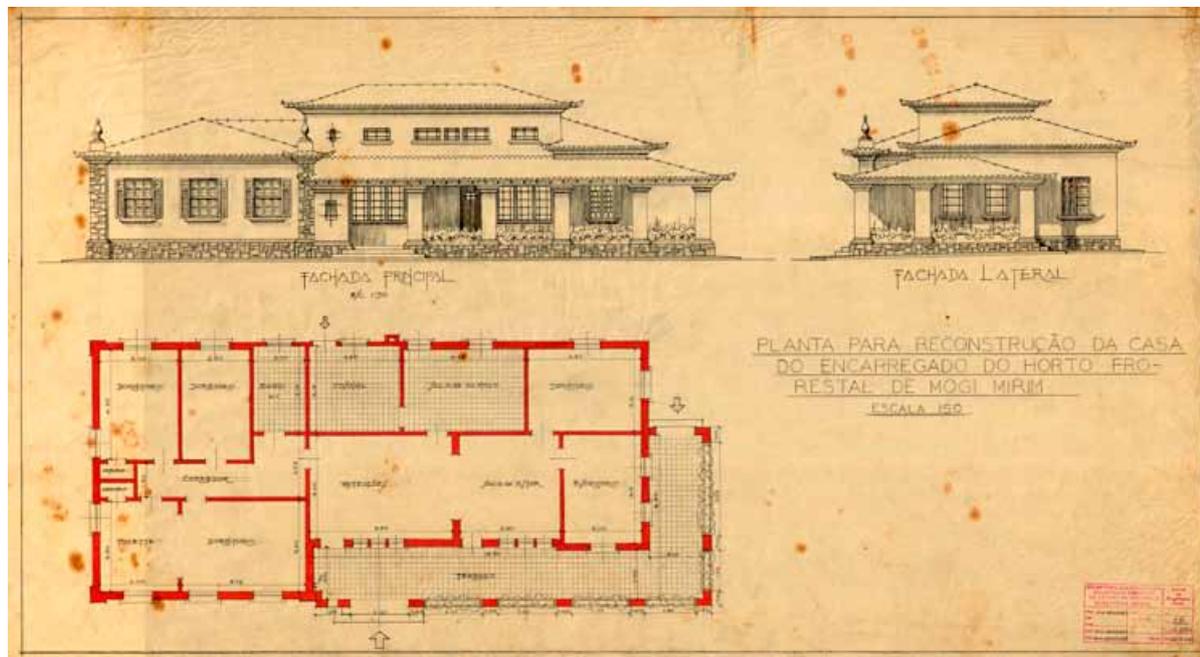


Figura 1: Casa do encarregado Horto Florestal de Mogi-Mirim. Fonte: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo

eclética. Assim, o fato da Secretaria também utilizar do ecletismo para execução dos seus equipamentos indica que esta era uma opção perene por parte do Estado e não apenas um caso isolado de um órgão, mesmo porque o DOP produzia para o conjunto do estado e isto não pode ser considerado como um fato isolado.

Esta produção reconhecida em termos práticos pelos profissionais técnicos - engenheiros e arquitetos - que formularam desde a primeira metade do século tipologias padronizadas para determinados equipamentos públicos como os Fóruns de Justiça, também foi reconhecida em termos simbólicos pelo estado, que se manteve fiel a esta formulação por longo prazo.

Apenas a partir da iniciativa do governador Carvalho Pinto tal situação foi alterada de forma ampla. As mudanças no governo eram de várias ordens, ou seja, a representação física através da arquitetura moderna vinha como decorrência das mudanças na administração como um todo, e o meio para efetua-las foi através da constituição de uma estrutura de comando paralela a administração ordinária. Assim, sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio foi formado o “Grupo de Planejamento” (GP), um comitê formado ad hoc da estrutura funcional do estado e encarregado de delinear as diretrizes do Plano de Ação. Compunham o GP: Diogo Adolpho Nunes Gaspar, economista e Secretário Executivo; Celeste Ângela de Souza de Andrade, Diretora do Departamento de Estatística; Paulo Menezes Mendes da Rocha, Professor Catedrático da Escola Politécnica da USP; Ruy Aguiar da Silva Leme, Professor Catedrático da Escola Politécnica da USP; Antônio Delphim Netto, Assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP; Sebastião Advíncula da Cunha, do Departamento Econômico do BNDE; Orestes Gonçalves, Chefe do Gabinete dos Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda; e Ruy Miller Paiva, Engenheiro Agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

Associada ao GP havia uma Equipe Técnica constituída pelos arquitetos: Francisco Whitaker, Celso Lamparelli e Domingos Theodoro; pelos engenheiros Mário Laranjeira e Henrique

Silveira; pelo administrador Antonio Amílcar; pelo contador José Reynaldo e por Pedro Penteadado (PAGE, 1959, p.144), com atribuições específicas.

A Whitaker coube a tarefa de reorganizar o DOP, que segundo ele:

trabalhava com procedimentos antigos tinha setores separados para arquitetura, hidráulica, elétrica, etc. (...). Então veio a idéia, por influência do padre Lebret que tinha ideias de interdisciplinaridade, do DOP fazer ateliês para desenvolver o trabalho completo. Quer dizer nos ateliês, que tinham outro nome na época, tinha o arquiteto, o hidráulico, todos os técnicos das diversas fases da obra. Eles pegavam o projeto e tinham que resolver integralmente. (WHITAKER, 2007).

Esta proposta visava romper com a produção eclética do órgão, que teve um resultado progressivo ao longo dos anos. Entretanto, a forma privilegiada de romper com a linguagem eclética que certamente incidiu sobre os procedimentos projetuais, tanto do DOP, como da Secretaria da Agricultura, veio com a contratação de arquitetos de fora dos quadros funcionais do Estado, por parte do IPESP, para executarem obras modernas. A intenção de superar a linguagem eclética, em prol da moderna, fica evidente na fala de Sampaio:

(...) era óbvio que tinha que ser moderno.

Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas, desse pessoal “craque”. Então eles todos... eu não me lembro de nenhuma discussão formal. Mas eu me lembro que todo mundo achava muito bonito, nos recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes, tinha maquete que era bonita. Então eu recebia muito telegrama, muito obrigado e “tal”. (SAMPAIO, 2007)

O PAGE, em que pese a linguagem eclética consolidada no Estado, funcionou como uma espécie de mecanismo que tornou o Estado permeável ao modernismo. A não adoção da linguagem moderna, no quadro de sucesso internacional e nacional da arquitetura moderna brasileira, com os projetos modernos de Brasília, tanto arquitetônicos como urbanístico, já em curso, certamente, trazia questionamentos inúmeros. Mesmo entre os arquitetos do Estado, ou pelo menos para uma fração deles, pois é sintomático verificar que na Secretaria da Agricultura, alguns projetos no início de 1959, já apresentavam uma resolução moderna, sendo em alguns casos claramente modernos, como no caso do Serpentário projetado para o Jardim Zoológico De São Paulo (Figura 2). Ou seja, a linguagem moderna estava latente, mesmo em um órgão que projetava de longa data obras eclética, particularmente, como visto, neocoloniais.

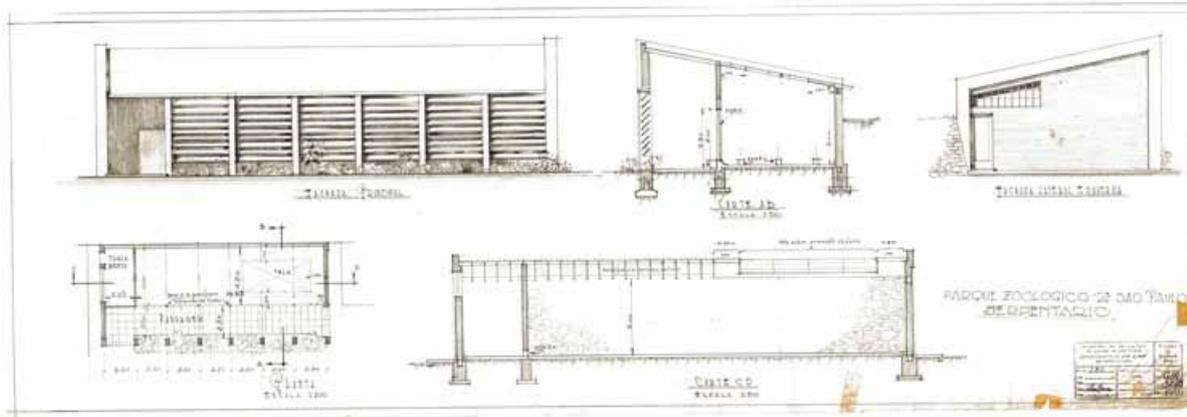


Figura 2: Serpentário do Zoológico de São Paulo. Fonte: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

3. O Plano de Ação e a Função Social

A função social é uma dimensão constituinte do ideário arquitetônico moderno internacional. Em que pese os aspectos ligados a formação de uma linguagem nacional do modernismo brasileiro, a função social da arquitetura nunca deixou de integrar o debate moderno local. Nunca é demais lembrar, que esta dimensão na teleologia moderna estava vinculada a construção de um Novo Mundo - *Neue Welt*. Aqui não se discute a extensão político-social desde Novo Mundo, mas sim que em qualquer medida ela estava associada por parte dos arquitetos ao rompimento com as concepções espaciais tradicionais.

Para Manfredo Tafuri, a gênese da arquitetura moderna supõe que a arquitetura renunciando a um papel simbólico, ao menos no sentido tradicional e, para evitar a sua própria destruição, descobriu sua vocação científica. Ainda complementando a sua linha de pensamento, afirma que

deslocando o seu “lugar” tradicional a arquitetura aceitou tornar política a sua própria obra e, enquanto agentes políticos, os arquitetos deviam assumir a tarefa de invenção contínua de soluções de vanguarda aos níveis mais generalizáveis (TAFURI, 1981). Algumas obras conhecidas produzidas pelo PAGE levam a crer que a tarefa de invenção contínua de soluções, configurou-se como um dos momentos mais ricos da arquitetura brasileira, na qual o modernismo expressou uma mediação entre desenvolvimento (através do Plano) e a população (novas concepções espaciais de equipamentos públicos sociais)³.

O tema social compareceu durante algum tempo, como fundamento e impossibilidade na produção arquitetônica moderna brasileira. As críticas ao desenvolvimentismo brasileiro e seus rebatimentos no campo da construção civil nos anos 1960 trouxeram a discussão da função social do arquiteto, ou da arquitetura, para o centro dos debates e propiciou certa renovação do ideário moderno e a ascensão ao primeiro plano da produção arquitetônica de Artigas e da arquitetura que se desenvolveu principalmente a partir de suas obras, o chamado Brutalismo Paulista, ou Escola Paulista. A discussão social ainda conheceria seu ápice no final da década de 1960 com as polêmicas que envolveram de um lado Artigas e de outro Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre que questionavam a natureza do trabalho arquitetônico e a relação assimétrica entre arquitetos e trabalhadores no canteiro. Entretanto, a cons-

3. Adiante serão analisados de forma breve, os ideais presentes no projeto do Fórum de Araras, que podem ser tomados como demonstrativos de parte do pensamento dos arquitetos modernos envolvidos com a produção do PAGE.

tituição da articulação entre forma arquitetônica, fazer arquitetônico e programa da edificação, que fundamenta a função social da arquitetura e sobretudo o processo que viabilizou as obras que deram sentido a essa constituição, em geral, não é esclarecido.

O que este trabalho defende, e que esta sendo verificado em um número expressivo de obras levantadas, é que a produção de equipamentos públicos em larga escala associada a um planejamento de estado foi tomada pelos arquitetos paulistas, ou pelo menos por uma parte deles, comprometida com o desenvolvimento nacional e a questão social, como um momento chave para exercitar suas concepções modernas na linha apontada por Tafuri.

Para este entendimento, faz-se necessário verificar algumas situações na produção dos arquitetos atuantes em São Paulo. Sinteticamente, algumas obras de dois arquitetos, Vilanova Artigas e Fábio Penteadado, serão analisadas de forma complementar, pois indicam com clareza a intenção de uma nova representação formal do país, que apresentava um projeto de desenvolvimento nacional, mas também o compromisso com uma nova relação social, na medida em que a representação arquitetônica supõe sua materialidade através da obra construída, o que leva a fruição social que propõe.

Em Artigas, a guinada formal, quando os ma-

teriais, sobretudo o concreto, ganhou forte expressão, surgindo sem revestimentos e o volume construído foi sendo condensado em uma grande estrutura, grosso modo, a caixa de concreto, ocorreu com a Casa Olga Baeta de 1956. Entretanto, a dimensão social de sua arquitetura, em que pese o aspecto genérico que todo edifício moderno propõe-se enquanto formador de novas sensibilidades ao seu usuário ou morador, necessitou de outro tipo de edifício para sua afirmação.

Esse tipo de edifício, não foram os conjuntos habitacionais modernos, pois Artigas somente viria a projetar o Conjunto Habitacional Zezinho Guimarães em 1968, quando a marca social já estava associada a sua produção. Foi justamente com as obras projetadas para o PAGE, vale salientar, equipamentos públicos, e, sobretudo, com as escolas de Itanhaém, Guarulhos, Utinga e a própria FAUUSP (projetada em 1961 e finalizada em 1968), que suas propostas arquitetônicas (articuladas as de outros arquitetos no período como, Fábio Penteadado, Paulo Mendes da Rocha, Carlos Milan, dentre vários) adquiriram a dimensão social pela qual é reconhecida, atribuindo consistência a ideia de Brutalismo Paulista.

A questão social era associada a discussão sobre a modificação da natureza dos espaços dos equipamentos públicos. Havia entre os arquitetos modernos, o entendimento de que os equipamentos públicos não incorporavam, como deviam, a noção de uso e utilização universal. Discutindo

sobre isso, tendo como base seu projeto do Fórum de Araras para o PAGE Fábio Penteado, coligado às formulações de Artigas, afirmou:

O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade, onde ele é? Para quem que ele vai atender? Em Araras devia ter quinze mil habitantes. Também fui ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim era a descrição que vi na época: um padrão dentro daquela linha dos juizes, do comando não sabe da onde. Um prédio Vetusto. E acomodava no terreno, conforme o projeto vinha uma escada, com pé direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos que as pessoas se dirigem. (...). (PENTEADO, 2007)

Segundo Penteado, frente a esta situação o cidadão comum via-se intimidado:

O cidadão comum ao se aproximar já tem dúvida, já tem medo, é ancestral. Na porta daquele prédio tem um cidadão que é guarda que pode barrá-lo e ele pode não fazer nada, mas está lá relaxado, já maltratando pelo princípio de ser autoridade. (PENTEADO, 2007)

Para o arquiteto o Fórum poderia ter outro entendimento, que explorasse suas funções cotidianas, e que servisse de base para uma nova concepção espacial:

O Fórum não é só Fórum de Justiça, ele tem lá o registro imobiliário, os cartórios, então o cidadão nasce um filho vai registrar, morreu alguém ele tem que fazer inventário. Aí entra todo o aspecto da realidade. (PENTEADO, 2007)

Desta forma, tendo como objetivo propor um outro caráter ao Fórum, valendo-se para tanto da arquitetura, tendo como premissa romper o “princípio de autoridade” e a hierarquia espacial que o Fórum tradicional projetava, favorecendo a apropriação do equipamento por parte dos cidadãos (Figura 3), Penteado propôs:

(...) um Fórum que não tivesse porta. A área era uma praça grande, tinha espaço. Então a idéia em princípio foi de usar um espaço onde chamaria de Fórum, ele gerava uma sombra na pracinha onde o cidadão aguardava na sombra. (PENTEADO, 2007)

O projeto inscrevia-se no desejo de aliar o desenvolvimento à afirmação e ampliação da vida democrática no país. A dimensão pública era uma tarefa a ser completada na transição para uma verdadeira democracia. O Fórum, portanto, deveria ser entendido como um equipamento público, de uso público real, sua relação com o espaço público externo, tornado praça pelo projeto, devia ser de continuidade e não de restrição, a praça adentrava no Fórum, como a vida ativa deveria fazê-lo. Esta concepção de equipamento público norteou se não o conjun-

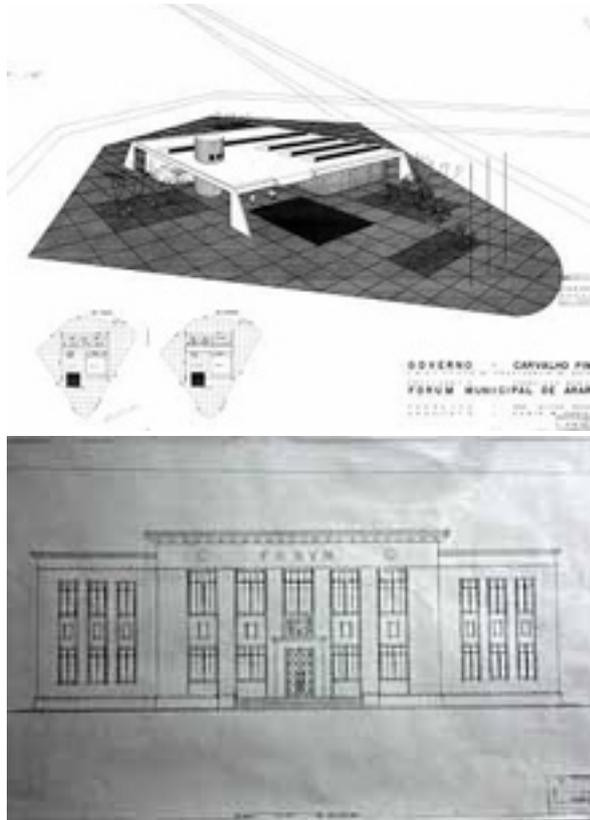


Figura 3: Os Fóruns de Justiça de Araras, projeto Fábio Penteadó, de 1959 e de Barretos, projeto DOP de 1951.

4. A pesquisa ainda não possui números conclusivos mas por volta de 500 equipamentos escolares foram objeto do PAGE, quer em termos de novas edificações, quer em termos de reformas e ampliação.

to da produção moderna dos edifícios do Plano de Ação a parte da produção que direta, ou indiretamente, era influenciada pelas ideias de Artigas e buscava um sentido político para a prática arquitetônica. Esta mesma concepção ditada por Penteadó, pode ser verificada no Fórum que Artigas projetou em Promissão e no de Paulo Mendes da Rocha para Avaré. Ainda que associada a questão política, vale ressaltar que para esses arquitetos a transformação social não viria através da arquitetura, mas esta deveria participar ativamente do processo, respondendo propositivamente, ou seja, refletindo uma outra situação social, às necessidades colocadas em termos nacionais pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e em termos estaduais pelo Plano de Ação.

Os Fóruns representaram um laboratório muito instigante para os arquitetos modernos, mas outro tipo de edificação, como dito, destacou-se na produção moderna do PAGE, quer pela quantidade de unidades construídas,⁴ quer pelo significado que incorporou para a discussão da função social da arquitetura. Este foi o edifício escolar. Se há um aspecto intrínseco a todo edifício moderno, que é o de formar seu usuário, a formação no edifício escolar adquire dupla dimensão, além da formação propiciada pelo ensino e atuando sobre ela, há (ou deveria haver) a formação social que a escola proporciona de maneira privilegiada e o espaço arquitetônico, tanto melhor é, quanto melhor potencializa tal formação.

Três escolas projetadas por Artigas para o PAGE sintetizam as concepções que caracterizariam o Brutalismo Paulista, e que estabeleceram a linguagem apropriada de uma arquitetura com compromisso social, a saber, os ginásios de Itanhaém, de Guarulhos e de Utinga. Neles a caixa de concreto, ou a grande laje, que guarda todo o programa de necessidades do edifício conheceu uma formulação que dali em diante tornou-se paradigmática para a produção de inúmeros arquitetos.

No Ginásio de Itanhaém, de 1959 a laje encerrava um pequeno universo. O edifício como abrigo social, não era só proteção, era convívio, troca de experiências, o organizador e o cenário de formação e das atividades culturais e particularmente educacionais.



Figura 4: Ginásio de Itanhaém, projeto Vilanova Artigas, 1959.

A estrutura independente permitindo a continuidade e fluidez espacial articulava a alocação dos ambientes das atividades internas em três blocos: o didático, o administrativo e o central com servi-

ços, cozinha e cantina. Uma forte tensão era estabelecida, não apenas em função da dimensão da laje, mas sobretudo, advinda da estabilidade de seu perfil horizontal, marcada por um lado pelo trapézio de alvenaria de concreto e, por outro, pelo arrojo técnico que os pilares de borda, com o formato de triângulo retângulo invertido, personificavam ao “esticarem” o pórtico (Figura 4).

Concepção espacial equivalente pode ser observada no Ginásio Estadual de Guarulhos de 1960. Esta obra possui uma implantação inovadora, aproveitando-se de uma suave depressão do terreno, o grande bloco também horizontal da escola aparenta um edifício ponte unindo as duas extremidades mais altas do terreno. A edificação (em tira) parece completar o horizonte que havia sido seccionado.

Quanto ao agenciamento espacial, pode-se dizer que há um piso inferior, de área limitada, funcionalmente abrigando cantina, sanitários, depósito e o acesso a outro andar. Mas de fato, o grande bloco possui alguns níveis que conformam espaços funcionais, circulações generosas propícias a encontros e um grande pátio central. Este rege a espacialidade interior permitindo aos usuários uma riqueza múltipla de situações e visibilidades. Apesar de todo aberto a volumetria dos níveis, a plasticidade dos pilares, o detalhe dos longos bancos de concreto, a iluminação zenital que Artigas utilizava pela primeira vez, nesse tipo de edificação, gera um interesse profundo, que corrige o olhar para dentro. A cidade esta a vista

a todo o momento, mas é a cidade/escola que conquista a atenção de forma plena.

No ginásio de Itanhaém Artigas alocou um mural, “Anchieta” de autoria de Francisco Brenand, apesar de significativo, sua localização no edifício permitia um usufruto relativo de suas qualidades. Em Guarulhos, um grande painel frontal ao pátio interno reforçava o interesse pelo interior da edificação. Nesta obra a noção de colaboração entre as várias artes era experimentada, privilegiando-se a dimensão arquitetônica.

A mesma espacialidade característica dos dois projetos, ao mesmo tempo, aberta e interiorizada, conheceria um desenvolvimento maior no edifício da FAUUSP na cidade universitária e estaria também presente no ginásio de Utinga. Neste, projetado em 1962, a solução construtiva foi pioneira em Artigas. Prevista para ser executada em concreto protendido e elementos pré-fabricados, a obra deveria marcar a modernização, sua vitória iminente, representada pelo uso de elementos industrializados na construção. Entretanto, as dificuldades, de toda ordem, se fizeram presentes – relação custo-benefício do sistema aliado a possibilidade de sua aplicação extensiva. Inicialmente a obra foi postergada, e na sequência teve alterada sua solução construtiva para convencional com o concreto armado fundido *in loco*, sendo concluída apenas em 1968.

O projeto segue a linha dos outros dois, aprofunda a espacialidade da grande laje, a cada projeto

tornada a grande caixa de concreto, particularmente, ampliando e refinando a solução do ginásio de Guarulhos: dois pátios internos, agora somados a um terceiro destinado a quadra poliesportiva – também plateia do pequeno palco que vinha na sequência - ladeados pelas duas extensas laterais de ambientes múltiplos no pavimento térreo e de ambientes administrativos e de salas de aula do primeiro pavimento. O aprofundamento não é de pouca monta, o programa se não ampliado, era ao menos mais desenvolvido com três laboratórios específicos (física, química e biologia), duas salas de artes industriais, etc. Certamente, Artigas não era responsável pela definição do programa, mas a solução que operou, integrando os vários ambientes, didáticos, administrativos, esporte, etc., a partir da circulação e da convergência ao pátio central monumentalizava a noção da recriação da cidade, a partir da escola como ambiente de formação, de exercício de novas práticas.

4. Conclusão

Como visto, várias dimensões do debate arquitetônico podem ser observadas a partir da produção dos equipamentos públicos do Plano de Ação. O trabalho tratou de duas, a saber, a sobrevida da produção eclética, particularmente a neocolonial, num período (década de cinquenta) em que a historiografia já não registra mais esta produção, dando a entender que nada além do moderno era projetado por parte dos arquitetos

e, principalmente, a discussão sobre a associação da função social arquitetura à chamada “escola paulista”, ou “brutalismo paulista” e sua constituição, renovando o modernismo. Isto é, foi a dimensão social dos equipamentos públicos, sobretudo as escolas do Plano de Ação, que conferiram a marca social à escola paulista, distinta daquela que sempre foi a central para o movimento moderno internacional, a questão da habitação social. Todavia, a pesquisa alerta que apesar da formalização desta questão ter se dado através do PAGE, durante ele outras vertentes arquitetônicas também se fizeram presentes, representadas por outros arquitetos, ou seja, através da pesquisa observou-se uma produção múltipla de arquitetura, na qual a nascente “Escola Paulista” era uma delas. Assim, tal escola foi anunciada e formatada no Plano de Ação (ligando-se a função social), o que certamente foi fundamental para a sua difusão, inclusive por todo o país, mas sua afirmação ocorreu de fato ao longo da década de 1960 e mesmo a década de 1970.

5. Referências

ARTIGAS, J. B. V. **Função Social do Arquiteto**. São Paulo: Fund. Vilanova Artigas/Nobel, 1989.

BUZZAR, M. A. **João Batista Vilanova Artigas, elementos para uma compreensão de um caminho da arquitetura brasileira, 1938-1967**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU USP, 1996.

_____ ; Simoni, Lucia Noemia; CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros . Pesquisa e Levantamento dos Processos Relativos aos Projetos e Obras dos Equipamentos Públicos Implementados pelo Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (PAGE), gestão Carvalho Pinto (1959-1963), no Arquivo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP. In: Seminário Latino Americano-Arquitetura e Documentação, 2008, Belo Horizonte. Anais Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação, 2008. v. único.

CAMARGO, M. J. **Joaquim Guedes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

CESTARO, L. R. **Urbanismo e humanismo: a SAGMACS e o estudo da “estrutura urbana da aglomeração paulistana”**, São Carlos, EESC USP. 2010.

CORDIDO, M. T.R. L. de B. **Arquitetura Forense do Estado de São Paulo**. São Carlos, mimeo, 2007.

PINTO, Carvalho. **Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961**, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961. São Paulo, Decretos e Relatórios, São Paulo: Imprensa Oficial.

S/A, Estado de São Paulo, 1959, **Plano de Ação do Governo**- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

TAFURI, M.. **Teoria e História da Arquitetura**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1981.

Entrevistas

Castaldi, I. G., 2007, Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr) .

Mello Filho, J.H. de, 2012, Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr) .

Lamparelli, C. M., 2007- Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

Ferreira, F. W., 2007 - Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

Penteado, F. M., 2007 - Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

Sampaio, P. de A., 2007 - Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

Vaccari, M. e Passos, M. L. de B., 2007 - Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

Visconti, M.G. C. e Barboza, M. M., 2011- Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).

Anais

Anais IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, São Paulo, Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1954.

